

INSTITUTO OMNI

CADERNO DE PROVAS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026**

CARGO: ADVOGADO

RASCUNHO DO GABARITO

Marque aqui as suas respostas para posterior conferência:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

LEIA AS INSTRUÇÕES

1	Confira devidamente o caderno de questões; se houver falha, solicite a troca.
2	Confira seus dados no cartão de respostas: NOME, Nº de INSCRIÇÃO e PROVA. ASSINE no espaço indicado na frente do cartão.
3	O cartão de respostas deverá ser preenchido de caneta esferográfica transparente, azul ou preta, sem rasuras e apenas uma ÚNICA alternativa poderá ser marcada em cada questão, preenchendo totalmente o espaço, e não apenas "x".
4	Não amasse nem dobre o cartão de respostas; evite usar borracha. É vedada a substituição do cartão de respostas decorrente de erro cometido por candidato.
5	O tempo de duração da prova será de até 04 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos. O candidato somente poderá retirar-se após 1h (uma) hora e não poderá levar o caderno de questões.
6	Ao final dos trabalhos, devolva ao Fiscal de Sala o <u>cartão de respostas</u> devidamente preenchido.
7	Os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer na sala, a fim de acompanhar os fiscais para o lacre dos envelopes, quando, então, poderão retirar-se do local, simultaneamente, depois de concluído.
8	O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação de prova e não poderá utilizar os sanitários.
9	O candidato será eliminado sumariamente caso o celular emita qualquer som.

Leia o texto abaixo e responda as questões de 01 a 05:

Pomar Urbano: ciência cidadã é ferramenta de conservação da biodiversidade na cidade

Pesquisadores avaliam monitoramento de plantas comestíveis urbanas pela ciência cidadã como ponte de integração entre ciência, população e meio ambiente

Aproximar os cidadãos do processo de fazer ciência ainda é um desafio. Atuando nessa frente, pesquisadores estão utilizando a ciência cidadã para monitorar plantas comestíveis em áreas urbanas. O grupo apresenta o projeto Pomar Urbano, iniciativa que mobiliza a população para coletar dados sobre plantas frutíferas. Esse monitoramento visa entender melhor a biodiversidade e promover uma conexão entre a população, a ciência e o ambiente urbano nas capitais brasileiras para promover valor e conhecimento sobre ela com parcerias que desenvolvem produtos e tecnologias.

“A maneira mais eficaz de promover a conservação das espécies é por meio do uso consciente da biodiversidade. Isso gera um sentimento de valorização e conservação”, explica Filipi. Plantas frutíferas constituem um grupo de organismos crucial para o funcionamento dos ecossistemas urbanos, fornecendo benefícios da natureza para as pessoas. A iniciativa Pomar Urbano serve como plataforma colaborativa, reunindo pesquisadores, cientistas e cidadãos brasileiros para monitorar essas plantas em paisagens urbanas.

Jean Silva

Redação adaptada:

disponível < <https://jornal.usp.br/ciencias/> >

01

Ao apresentar o projeto Pomar Urbano, o texto defende que a ciência cidadã pode contribuir para a conservação ambiental pois:

- Transfere exclusivamente para a população a responsabilidade de preservar as espécies urbanas, diminuindo a participação dos pesquisadores.
- Utiliza o monitoramento de plantas frutíferas como estratégia para aproximar cidadãos, ciência e biodiversidade, estimulando a valorização e o uso consciente das espécies.

c) Prioriza a exploração econômica das plantas comestíveis urbanas, substituindo ações educativas e científicas por interesses comerciais.

d) Limita o conhecimento sobre biodiversidade aos especialistas acadêmicos, evitando a participação popular nas pesquisas ambientais.

02

Na frase — “A maneira mais eficaz de promover a conservação das espécies é por meio do uso consciente da biodiversidade” — os termos destacados podem ser classificados sintaticamente da seguinte forma, assinale a alternativa incorreta:

- “A maneira” - núcleo do sujeito.
- “das espécies” - complemento nominal.
- “uso consciente” - núcleo do predicativo do sujeito.
- “da biodiversidade” - objeto direto.

03

“A iniciativa Pomar Urbano serve como plataforma colaborativa...” Assinale a alternativa que substitui a expressão “plataforma colaborativa” sem alterar o sentido da frase acima:

- A iniciativa Pomar Urbano serve como ambiente compartilhado...
- A iniciativa Pomar Urbano serve como sistema antagônico ...
- A iniciativa Pomar Urbano serve como ferramenta refratária ...
- A iniciativa Pomar Urbano serve como rede unilateral ...

04

“Esse monitoramento visa entender melhor a biodiversidade “e” promover uma conexão entre a população, a ciência e o ambiente urbano nas capitais brasileiras “para” promover valor e conhecimento sobre ela com parcerias que desenvolvem produtos e tecnologias.”

Analise o trecho acima e assinale a alternativa correta sobre a análise das relações de sentido estabelecidas pelas conjunções destacadas no trecho.

- A conjunção “e” estabelece relação de oposição entre as orações, enquanto “para” introduz uma ideia de consequência.
- A conjunção “e” estabelece relação de adição entre ações relacionadas ao monitoramento, enquanto “para” introduz uma oração subordinada adverbial final, indicando finalidade.

- c) A conjunção “e” estabelece relação conclusiva entre as orações, enquanto “para” indica condição necessária para o desenvolvimento tecnológico.
- d) A conjunção “e” introduz uma explicação sobre a biodiversidade, enquanto “para” estabelece relação temporal entre as ações descritas.

05

Com base no texto acima assinale a alternativa relacionada a algumas categorias da narrativa:

- a) O narrador apresenta uma narrativa em 1ª pessoa, cujo conflito central é a disputa entre pesquisadores e cidadãos pelo controle das áreas urbanas.
- b) O tempo narrativo é exclusivamente psicológico, marcado pelas lembranças pessoais dos pesquisadores sobre a biodiversidade brasileira.
- c) O enredo se desenvolve em ambiente diversificado e apresenta como clímax a extinção das plantas frutíferas monitoradas pelo projeto.
- d) O espaço predominante da narrativa são as capitais brasileiras e áreas urbanas, enquanto os personagens envolvidos incluem pesquisadores, cientistas e cidadãos.

MATEMÁTICA – 02 QUESTÕES

06

Uma pesquisadora participou de um monitoramento ambiental que começou às 7h45min de uma terça-feira e terminou após 3 dias, 8 horas e 35 minutos de atividades ininterruptas. Em que dia e horário o monitoramento foi concluído?

- a) Sexta-feira, às 16h20min
- b) Sexta-feira, às 15h50min
- c) Quinta Feira, às 16h20min
- d) Sexta-feira, às 17h10min

07

Em um relatório científico, o número de espécies monitoradas foi registrado como 405.078. Sobre esse número no sistema de numeração decimal, assinale a alternativa correta.

- a) O algarismo 5 ocupa a ordem das centenas e representa 500.
- b) O valor posicional do algarismo 4 é quarenta mil.
- c) O algarismo 7 ocupa a ordem das dezenas e representa 70.

- d) A decomposição correta do número é: $400.000 + 5.000 + 70 + 8$.

CONHECIMENTOS GERAIS – 03 QUESTÕES

08

O setor tecnológico brasileiro tem se destacado nos últimos anos pelo crescimento no desenvolvimento de startups (empresas jovens) e atração de investimentos corresponde a seguinte alternativa:

- a) Energia solar
- b) Agricultura digital
- c) Mineração
- d) Construção civil

09

Analise as afirmativas abaixo correspondente a cultura brasileira:

I. A cultura brasileira tem origem com o processo de colonização, em 1500, a partir do contato entre as populações indígenas e portuguesas.

II. A partir do século XIX, outras populações passaram a integrar a sociedade brasileira e a contribuir para a formação da sua identidade cultural.

III. Na atualidade, a cultura brasileira deixou de produzir novas manifestações, reafirmando práticas tradicionais.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.

10

Complete a lacuna a seguir:

A _____ ocorreu na Região Sul do Brasil, entre as fronteiras do Paraná e Santa Catarina. Foi um conflito sócio-político causado pela disputa desses territórios.

- a) Guerra do Contestado
- b) Guerra dos Canudos
- c) Guerra da Farroupilha
- d) Guerra de 1923

CONHECIMENTOS ESPECÍFICO – 30 QUESTÕES

11

A Constituição Federal contemporânea passou a ser interpretada à luz de novos paradigmas

teóricos que ampliaram a força normativa dos princípios constitucionais e fortaleceram o papel da jurisdição constitucional na concretização dos direitos fundamentais. Nesse contexto, assinale a alternativa que melhor expressa uma característica do neoconstitucionalismo no âmbito da hermenêutica constitucional:

- a) Reconhece a centralidade dos princípios constitucionais e admite técnicas de ponderação para solução de conflitos entre direitos fundamentais.
- b) Defende a supremacia absoluta da lei ordinária como principal fonte de concretização constitucional, limitando a atuação judicial.
- c) Sustenta que normas programáticas não possuem eficácia jurídica, dependendo exclusivamente de regulamentação legislativa posterior.
- d) Afirma que a interpretação constitucional deve restringir-se ao método gramatical, em respeito ao princípio da separação dos poderes.

12

Considerando a teoria do Poder Constituinte, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Constituinte Derivado Reformador possui natureza jurídica subordinada e condicionada, devendo observar os limites formais e materiais previstos na Constituição Federal.
- b) O Poder Constituinte Originário decorre diretamente da Constituição vigente, estando sujeito às cláusulas pétreas e ao procedimento legislativo constitucional.
- c) O Poder Constituinte Derivado Decorrente autoriza os Municípios a elaborarem suas próprias constituições municipais, com autonomia política plena.
- d) O Poder Constituinte Originário caracteriza-se pela continuidade jurídica absoluta da ordem constitucional anterior, razão pela qual não admite ruptura institucional.

13

Considerando a disciplina constitucional e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), assinale a alternativa correta:

- a) A ADPF possui caráter subsidiário, sendo admitida apenas quando inexistente outro meio eficaz capaz de sanar a lesividade ao preceito fundamental.

b) A ADC pode ser proposta por qualquer cidadão, desde que demonstre controvérsia judicial relevante sobre a norma impugnada.

c) A ADI destina-se exclusivamente à impugnação de leis municipais em face da Constituição Federal.

d) As decisões proferidas em ADC produzem efeitos apenas entre as partes envolvidas no processo, não possuindo eficácia vinculante.

14

Considerando os remédios constitucionais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

a) O habeas corpus é cabível para assegurar o acesso às informações pessoais constantes em registros públicos, desde que demonstrado risco à liberdade de locomoção.

b) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer associação independentemente do tempo de constituição, desde que haja autorização expressa de seus membros.

c) O habeas data destina-se à obtenção ou retificação de informações relativas à pessoa do impetrante constantes de registros governamentais, enquanto o mandado de injunção é cabível diante da ausência de norma regulamentadora que inviabilize o exercício de direito constitucional.

d) O mandado de injunção possui natureza exclusivamente penal e objetiva a tutela da liberdade de locomoção diante de ilegalidade ou abuso de poder.

15

Considerando a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e a doutrina majoritária, assinale a alternativa correta:

a) A reserva do possível autoriza o Estado a negar prestações sociais sempre que houver previsão orçamentária insuficiente, independentemente da demonstração concreta de impossibilidade financeira.

b) A aplicação da reserva do possível exige demonstração objetiva da limitação financeira do Estado, não podendo ser utilizada de forma genérica para afastar a concretização de direitos fundamentais.

c) A teoria da reserva do possível prevalece automaticamente sobre o mínimo existencial quando houver discricionariedade administrativa na formulação de políticas públicas.

d) Os direitos sociais possuem eficácia meramente programática, razão pela qual não podem ser exigidos judicialmente diante da alegação estatal de insuficiência de recursos.

16

Considerando os princípios constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da supremacia do interesse público autoriza a Administração Pública a restringir direitos fundamentais independentemente de previsão legal expressa.
- b) O princípio da legalidade impõe à Administração Pública a obrigação de atuar estritamente conforme a lei, vedando restrições a direitos sem fundamento legal adequado.
- c) O princípio da eficiência permite à Administração Pública afastar garantias fundamentais sempre que houver necessidade de otimização dos serviços públicos.
- d) O princípio da moralidade administrativa possui natureza exclusivamente ética, sem produzir efeitos jurídicos concretos sobre os atos administrativos.

17

A atuação da Administração Pública é orientada por um conjunto de prerrogativas e restrições destinadas à proteção do interesse público e à observância da legalidade. Nesse contexto, considerando o regime jurídico-administrativo e as fontes do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) O regime jurídico-administrativo fundamenta-se exclusivamente na autonomia da vontade da Administração Pública, sem submissão a limitações legais específicas.
- b) O costume administrativo possui hierarquia superior à lei formal quando utilizado reiteradamente pela Administração Pública.
- c) O objeto do Direito Administrativo restringe-se à disciplina das relações entre particulares e o Poder Judiciário no exercício da função jurisdicional.
- d) O regime jurídico-administrativo caracteriza-se pela coexistência de prerrogativas e sujeições atribuídas à Administração Pública, visando à satisfação do interesse público e à observância da legalidade.

18

A estrutura da Administração Pública brasileira compreende entidades dotadas de personalidade jurídica própria, criadas para o desempenho

descentralizado de atividades administrativas. Nesse contexto, considerando o regime jurídico das entidades da Administração Indireta e das entidades paraestatais, assinale a alternativa correta:

- a) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica, destinadas ao desempenho de atividades típicas do Estado, possuindo patrimônio e capacidade administrativa próprios.
- b) As empresas públicas integram a Administração Direta e somente podem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima, com capital exclusivamente privado.
- c) As sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito público e são criadas diretamente por decreto do Chefe do Poder Executivo.
- d) As entidades do Terceiro Setor integram a Administração Pública Indireta, submetendo-se integralmente ao regime jurídico de direito público aplicável às autarquias.

19

A Administração Pública municipal instaurou procedimento para apurar irregularidades em contrato administrativo e, ao final, aplicou sanção à empresa contratada. O ato sancionador foi motivado exclusivamente pela alegação de descumprimento contratual. Posteriormente, verificou-se que os fatos indicados como fundamento da penalidade não ocorreram da forma descrita pela Administração. Considerando a teoria dos motivos determinantes e os requisitos do ato administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) Ainda que o ato seja discricionário, a inexistência ou falsidade dos motivos indicados pela Administração compromete sua validade, podendo ensejar sua anulação.
- b) A motivação do ato administrativo é irrelevante nos atos discricionários, razão pela qual eventual erro de fato não interfere na validade do ato.
- c) O mérito administrativo impede qualquer controle sobre os motivos apresentados pela Administração, mesmo quando demonstrada sua falsidade.
- d) A perfeição do ato administrativo impede sua invalidação posterior, ainda que constatado vício relacionado aos motivos determinantes.

A Administração Pública celebrou contrato administrativo para execução de obra pública após regular procedimento licitatório. Durante a execução contratual, constatou-se a necessidade de alteração quantitativa do objeto inicialmente pactuado, em razão de fato superveniente devidamente justificado pela Administração. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e os princípios aplicáveis aos contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A alteração unilateral do contrato pela Administração depende da concordância prévia do contratado, em razão do princípio do equilíbrio econômico-financeiro.
- b) O contratado pode recusar alteração quantitativa determinada pela Administração, ainda que observados os limites legais previstos na legislação.
- c) Os contratos administrativos admitem alteração unilateral pela Administração, nos casos legalmente previstos, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- d) A alteração contratual quantitativa somente pode ocorrer mediante celebração de novo procedimento licitatório, vedada a modificação do objeto inicialmente contratado.

21

Considerando as teorias aplicáveis aos contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A teoria do fato do príncipe aplica-se exclusivamente a eventos naturais inevitáveis que inviabilizem totalmente a execução contratual.
- b) A teoria da imprevisão admite a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato quando fatos extraordinários e imprevisíveis tornam excessivamente onerosa a execução contratual.
- c) A força maior caracteriza-se por medidas gerais editadas pela própria Administração contratante que impactem indiretamente o contrato administrativo.
- d) A ocorrência de fato do príncipe impede, em qualquer hipótese, a continuidade da execução contratual e extingue automaticamente o vínculo administrativo.

22

Considerando a classificação e os caracteres jurídicos dos bens públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Os bens dominicais são inalienáveis enquanto conservarem sua destinação administrativa específica, razão pela qual não podem ser utilizados por particulares.
- b) A utilização privativa de bem público por particular somente pode ocorrer mediante concessão precedida de licitação, sendo vedada a autorização administrativa precária.
- c) Os bens públicos de uso especial podem ser livremente alienados pela Administração, independentemente de desafetação e autorização legal.
- d) A autorização de uso de bem público possui natureza precária e discricionária, podendo ser revogada unilateralmente pela Administração quando houver interesse público superveniente.

23

Considerando a relação entre o Sistema Tributário Nacional, os princípios jurídicos e o sistema constitucional tributário brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da legalidade tributária admite a instituição de tributos por ato administrativo infralegal, desde que haja posterior ratificação legislativa.
- b) O Sistema Constitucional Tributário brasileiro estabelece limitações ao poder de tributar, funcionando como instrumento de proteção do contribuinte e de preservação da segurança jurídica.
- c) Os princípios constitucionais tributários possuem natureza meramente programática, razão pela qual não produzem efeitos imediatos sobre a atividade legislativa tributária.
- d) A competência tributária atribuída aos entes federativos pode ser livremente delegada mediante convênio administrativo, desde que haja interesse arrecadatório comum.

24

Considerando a disciplina constitucional das imunidades e sua distinção em relação à isenção e à não incidência, assinale a alternativa correta:

- a) A imunidade tributária decorre exclusivamente de lei complementar federal e pode ser revogada a qualquer tempo pelo ente tributante competente.
- b) A isenção tributária impede o nascimento da obrigação tributária em razão de vedação constitucional absoluta ao exercício da competência tributária.

c) A não incidência tributária sempre depende de previsão legal expressa que dispense o contribuinte do pagamento do tributo.

d) A imunidade tributária consiste em limitação constitucional ao poder de tributar, restringindo previamente a competência tributária dos entes federativos.

25

A Constituição Federal de 1988 distribuiu competências tributárias entre os entes federativos, observando critérios materiais e limites destinados à preservação do pacto federativo. Nesse contexto, considere a repartição constitucional das competências tributárias e assinale a alternativa correta acerca da instituição de tributos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

a) Os Municípios possuem competência para instituir imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos, desde que o fato gerador ocorra em seu território.

b) Os Estados e o Distrito Federal podem instituir impostos sobre operações de crédito, câmbio e seguro, em razão de sua competência residual tributária.

c) A União pode instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia, enquanto os Municípios apenas podem instituir contribuições de melhoria decorrentes de obras públicas locais.

d) O Distrito Federal acumula as competências tributárias atribuídas constitucionalmente aos Estados e aos Municípios.

26

O sistema tributário nacional atribui relevância à definição da natureza jurídica do tributo para fins de identificação do regime jurídico aplicável e das limitações constitucionais ao poder de tributar. Nesse contexto, considere uma exação instituída por lei, cobrada mediante atividade administrativa vinculada, cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atuação estatal específica relativa ao contribuinte. À luz do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

a) A exação possui natureza jurídica de taxa, pois decorre do exercício regular do poder de polícia estatal.

b) A natureza jurídica específica do tributo é determinada exclusivamente pela destinação legal da arrecadação.

c) A exação possui natureza jurídica de imposto, pois seu fato gerador independe de atividade estatal específica relativa ao contribuinte.

d) A exação caracteriza contribuição de melhoria, em razão da compulsoriedade da cobrança prevista em lei.

27

Considerando as classificações dos tributos, suas funções e as disposições constitucionais pertinentes, assinale a alternativa correta:

a) O IPTU é classificado como taxa vinculada ao exercício do poder de polícia, razão pela qual sua cobrança depende da efetiva prestação de serviço público específico ao contribuinte.

b) O IPTU é imposto de competência municipal, classificado como tributo não vinculado, podendo exercer função fiscal e extrafiscal, inclusive como instrumento de política urbana.

c) A administração tributária restringe-se à arrecadação dos tributos já lançados, sendo vedada a realização de medidas de fiscalização e atualização cadastral dos contribuintes.

d) Os impostos possuem destinação obrigatória da receita arrecadada a atividade estatal específica previamente definida em lei.

28

A regra-matriz de incidência tributária constitui importante instrumento teórico para a compreensão da estrutura normativa dos tributos, permitindo a identificação dos elementos que compõem a hipótese de incidência e a consequência jurídica decorrente da ocorrência do fato tributário. Considerando a doutrina majoritária sobre o tema, assinale a alternativa correta:

a) A hipótese de incidência tributária corresponde à descrição abstrata do fato previsto em lei, composta por critérios material, espacial e temporal, enquanto a consequência tributária compreende os critérios pessoal e quantitativo da obrigação tributária.

b) O critério quantitativo integra a hipótese de incidência tributária, pois define previamente a base econômica necessária para a ocorrência do fato gerador.

c) O critério pessoal pertence à hipótese de incidência tributária, uma vez que identifica os sujeitos diretamente envolvidos na realização do fato impositivo.

d) A consequência tributária limita-se à indicação da penalidade aplicável ao contribuinte em caso de inadimplemento da obrigação principal.

29

A distinção entre norma processual e norma material possui relevante impacto na aplicação temporal e espacial do direito, especialmente diante de alterações legislativas ocorridas no curso de processos judiciais. Considerando os princípios aplicáveis à lei processual e à lei material, assinale a alternativa correta:

- a) A norma processual possui aplicação retroativa automática aos atos já praticados, ainda que regularmente concluídos sob a vigência da lei anterior.
- b) A lei processual tem aplicação imediata aos processos em curso, preservando-se, contudo, a validade dos atos processuais já realizados sob a égide da legislação anterior.
- c) A norma material aplica-se imediatamente aos processos em andamento, ainda que implique prejuízo ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito.
- d) A lei processual brasileira aplica-se exclusivamente aos processos iniciados após sua entrada em vigor, em respeito ao princípio da segurança jurídica.

30

À luz da teoria geral da jurisdição e da disciplina da jurisdição voluntária, assinale a alternativa correta:

- a) A jurisdição voluntária possui natureza exclusivamente administrativa, razão pela qual os atos nela praticados não produzem efeitos jurisdicionais nem se submetem a controle recursal.
- b) A jurisdição contenciosa e a jurisdição voluntária distinguem-se apenas pela existência de consenso entre as partes, mantendo idênticas características e limites processuais.
- c) A jurisdição voluntária caracteriza-se pela atuação estatal voltada à integração, fiscalização ou tutela de determinados interesses privados, ainda que inexistente conflito de interesses em sentido estrito.
- d) A função jurisdicional pode ser exercida de ofício pelo magistrado em qualquer hipótese, independentemente de provocação da parte interessada, em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição.

31

A competência jurisdicional constitui instrumento essencial para a adequada distribuição da atividade jurisdicional, observando critérios previamente estabelecidos pelo ordenamento jurídico. Em determinada ação indenizatória, as partes elegeram foro diverso daquele previsto contratualmente após o ajuizamento da demanda, sem envolver hipótese de competência absoluta. À luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A competência absoluta pode ser modificada pela convenção das partes, desde que haja concordância expressa do juiz competente.
- b) A competência relativa pode ser modificada pela vontade das partes e pela ausência de alegação tempestiva de incompetência pelo réu.
- c) A incompetência absoluta somente pode ser reconhecida mediante provocação da parte interessada, sendo vedado o reconhecimento de ofício pelo magistrado.
- d) A modificação da competência relativa somente ocorre nas hipóteses legais de conexão e continência, sendo vedada por convenção processual.

32

Considerando as disposições do Código de Processo Civil acerca da natureza jurídica do processo, dos pressupostos processuais e dos sujeitos processuais, assinale a alternativa correta:

- a) A capacidade processual constitui pressuposto processual de validade, podendo o juiz determinar a regularização do vício, enquanto o impedimento do magistrado compromete a validade do processo em razão da necessidade de imparcialidade jurisdicional.
- b) A ausência de capacidade processual implica extinção imediata do processo sem resolução do mérito, sendo vedada ao juiz a concessão de prazo para saneamento do vício.
- c) O impedimento do magistrado configura mera irregularidade administrativa, incapaz de gerar repercussão sobre a validade dos atos processuais praticados.
- d) Os pressupostos processuais relacionam-se exclusivamente às partes, não abrangendo requisitos ligados ao órgão jurisdicional ou à regularidade da atividade judicial.

No curso de ação de indenização por danos materiais proposta por assistido da Defensoria Pública em face de empresa concessionária de serviço público, o magistrado identificou a existência de interesse jurídico de seguradora contratada pela ré, bem como a necessidade de inclusão de terceiro diretamente afetado pelos efeitos da sentença. Considerando as disposições do Código de Processo Civil acerca da assistência judiciária, do litisconsórcio e da intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta:

- O benefício da gratuidade da justiça somente pode ser concedido à pessoa natural, sendo vedada sua extensão às pessoas jurídicas, ainda que comprovem insuficiência de recursos.
- O litisconsórcio passivo necessário depende exclusivamente da vontade das partes, podendo o juiz dispensar sua formação quando entender suficiente a presença de apenas um dos envolvidos.
- A assistência simples impede que o assistente pratique atos processuais autônomos, ficando integralmente subordinado à atuação da parte assistida.
- A denúncia da lide constitui modalidade de intervenção de terceiros admitida para assegurar eventual direito regressivo daquele que vier a suportar os efeitos da condenação.

34

Durante a fase de instrução probatória em ação indenizatória, o magistrado indeferiu a oitiva de uma testemunha requerida pela parte ré, sob o fundamento de que os fatos já estariam suficientemente comprovados pelos documentos juntados aos autos. Inconformada, a parte alegou cerceamento de defesa e pretende impugnar a decisão judicial sem aguardar a sentença. Considerando as disposições do Código de Processo Civil acerca das nulidades processuais, da instrução probatória e dos meios de impugnação das decisões judiciais, assinale a alternativa correta:

- O indeferimento de produção de prova testemunhal gera nulidade absoluta, presumindo-se automaticamente o prejuízo da parte que a requereu.
- A decisão que indefere produção de prova somente pode ser questionada em preliminar de apelação, sendo vedada qualquer impugnação imediata.

c) O magistrado está obrigado a deferir todas as provas requeridas pelas partes, sob pena de afronta ao contraditório e à ampla defesa.

d) A decisão interlocutória que versa sobre redistribuição do ônus da prova admite impugnação por agravo de instrumento, devendo eventual alegação de nulidade observar a demonstração concreta de prejuízo.

35

Considerando os princípios do Direito Previdenciário, bem como a vigência e eficácia das normas previdenciárias no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta:

- A competência para legislar sobre seguridade social é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, cabendo à União estabelecer normas gerais, sem prejuízo da competência suplementar dos demais entes federativos.
- As normas previdenciárias possuem eficácia exclusivamente territorial, não produzindo efeitos em relação a brasileiros residentes no exterior, ainda que exista tratado internacional específico.
- O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento assegura proteção previdenciária indistinta a toda pessoa residente no território nacional, independentemente de contribuição ao sistema.
- Em razão do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, é vedada qualquer alteração legislativa que amplie benefícios previdenciários já existentes.

36

Considerando o entendimento consolidado na legislação previdenciária e na jurisprudência dos tribunais superiores acerca da prescrição das prestações previdenciárias, assinale a alternativa correta:

- O reconhecimento administrativo do direito ao benefício previdenciário interrompe definitivamente o prazo prescricional, impedindo nova contagem.
- A prescrição previdenciária alcança o próprio fundo de direito, impedindo o segurado de requerer judicialmente a concessão inicial do benefício após cinco anos.
- Em matéria previdenciária, o prazo prescricional é de dez anos para cobrança de parcelas vencidas, contado da data do requerimento administrativo.
- Nas ações previdenciárias, prescrevem apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos antes do

ajuizamento da ação, não atingindo o fundo de direito ao benefício.

37

A Constituição Federal estabelece diferentes regimes de previdência social destinados à proteção dos trabalhadores da iniciativa privada e dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, além da possibilidade de instituição de regime complementar. Considerando as características jurídicas desses regimes, assinale a alternativa correta:

- a) O Regime Geral de Previdência Social possui caráter facultativo para os trabalhadores da iniciativa privada que exerçam atividade remunerada formal.
- b) O regime de previdência complementar possui caráter facultativo, organização autônoma em relação ao regime obrigatório e é baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.
- c) Os regimes próprios de previdência social podem ser instituídos para qualquer agente público, inclusive ocupantes exclusivamente de cargo em comissão e empregados públicos celetistas.
- d) O Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos admite a concessão de benefícios sem observância do equilíbrio financeiro e atuarial, desde que haja previsão em lei local.

38

Considerando as disposições constitucionais permanentes acerca dos regimes próprios de previdência social dos servidores efetivos, assinale a alternativa correta:

- a) Os servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão vinculam-se obrigatoriamente ao regime próprio de previdência social do ente federativo ao qual estejam vinculados.
- b) O servidor estabilizado sem aprovação em concurso público integra automaticamente o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargo efetivo.
- c) Os servidores titulares de cargo efetivo podem ser vinculados a regime próprio de previdência social, observadas as normas permanentes previstas na Constituição Federal.
- d) O detentor de mandato eletivo será obrigatoriamente vinculado ao regime próprio de previdência social mantido pelo respectivo ente federativo.

39

A contagem de tempo de contribuição no Regime Geral de Previdência Social admite regras específicas quanto à contagem fictícia e à contagem recíproca entre regimes previdenciários distintos. Considerando as disposições constitucionais e legais aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- a) A contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios é assegurada constitucionalmente, sendo vedada a contagem em duplicidade do mesmo período contributivo para fins de aposentadoria.
- b) A Constituição Federal autoriza a contagem de tempo fictício para aposentadoria sempre que houver previsão em regulamento administrativo do ente previdenciário competente.
- c) O tempo de serviço rural exercido sem contribuição previdenciária pode ser computado em dobro para fins de aposentadoria urbana no Regime Geral de Previdência Social.
- d) A contagem recíproca admite a utilização simultânea do mesmo período contributivo em mais de um regime previdenciário, desde que haja compensação financeira entre eles.

40

No âmbito do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a disciplina constitucional das aposentadorias dos servidores públicos contempla diferentes modalidades de inativação, critérios específicos para aposentadorias especiais, limitações quanto à cumulação de benefícios e observância ao teto remuneratório. Considerando as disposições constitucionais aplicáveis e o entendimento consolidado da jurisprudência, assinale a alternativa correta:

- a) A aposentadoria especial do servidor público pode ser concedida independentemente de previsão legal específica, bastando a comprovação administrativa da atividade de risco ou exposição a agentes nocivos.
- b) É vedada, em qualquer hipótese, a cumulação de aposentadoria com pensão por morte no âmbito dos regimes previdenciários públicos.
- c) O cálculo dos proventos de aposentadoria do servidor público deve sempre corresponder à última remuneração do cargo efetivo, independentemente da data de ingresso no serviço público ou da regra de transição aplicável.

d) A concessão de aposentadoria especial ao servidor público depende, em regra, de regulamentação legal específica, admitindo-se a aplicação de normas do Regime Geral de Previdência Social em hipóteses reconhecidas judicialmente diante de omissão legislativa.
